CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**Aviso n.º 46/2006**

Renovação de trabalho a termo resolutivo, celebrado ao abrigo do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (artigos 129.º a 142.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto) (artigos 8.º a 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho).

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local, pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente de 16 de Junho de 2006, foi renovado contrato de trabalho a termo resolutivo, com:

Bruno Miguel Nunes Garcia, equiparado à categoria de motorista de pesados, do grupo de pessoal auxiliar, com efeitos em 1 de Julho de 2006.

Joaquim Manuel Carriço Quintino, equiparado à categoria de motorista de pesados, do grupo de pessoal auxiliar, com efeitos em 1 de Julho de 2006.

[Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

19 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.
1000303457

CÂMARA MUNICIPAL DE TRANCOSO**Aviso**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de Trancoso, foi renovado o contrato de trabalho a termo certo com Jorge Manuel Fernandes dos Santos, operário qualificado — carpinteiro, pelo prazo de dois anos.

4 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Sarai-va Sarmento*.
1000303455

CÂMARA MUNICIPAL DE VIZELA**Aviso**

Dr. Francisco Ângelo da Silva Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Vizela, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra em discussão pública, pelo período de 10 dias, a contar da data de publicação no *Diário da República*, o pedido de alteração ao lote n.º 5 do loteamento com o alvará n.º 23/98, sito na Travessa da Veiga, freguesia de Infias, deste concelho, requerida por José Maria Pereira Araújo e Rosa Maria Pereira Araújo.

Durante o período de discussão pública, a efectuar em cumprimento do disposto no artigo 22.º, n.º 3, do mencionado diploma, podem os interessados formular reclamações, observações, ou sugestões relativamente ao referido pedido de alteração.

O processo encontra-se para consulta no Serviço de Obras Particulares desta Câmara, dentro do horário normal do expediente.

3 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ângelo da Silva Ferreira*.
1000303449

JUNTA DE FREGUESIA DE CASAL DE CAMBRA**Aviso**

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, José Manuel da Silva Elias, presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cambra, a 7 de Junho foi nomeada auxiliar de higiene e limpeza, Catarina da Conceição Casado Alegria Mendonça, candidato classificado no âmbito do concurso externo de ingresso, para provimento de um

lugar da categoria, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 41, de 27 de Fevereiro de 2006. Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso.

8 de Junho de 2006. — O Presidente da Junta, *José Elias*.

3000209230

Aviso**Concurso externo de ingresso**

1 — Para efeito do disposto nos artigos 6.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 104/98, de 11 de Julho, e as alterações constantes do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e de harmonia com a deliberação de Junta de Freguesia, de 7 de Junho de 2006, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o concurso externo de ingresso para provimento de um lugar do quadro de pessoal desta autarquia, na categoria de auxiliar administrativa.

2 — Validade dos concursos — válido para a vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas regras constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho; 238/99, de 25 de Junho; 427/89, de 7 de Dezembro, e o Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro.

4 — Conteúdo funcional — o definido pelo despacho n.º 4/88, de 6 de Abril de 1989.

5 — Vencimento, local e condições de trabalho — as funções serão exercidas na área da freguesia de Casal de Cambra, concelho de Sintra, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração local e a remuneração é fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, e legislação complementar, designadamente o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/98, de 11 de Julho, e o Decreto-Lei n.º 518/99, de Dezembro de 1999.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Requisitos gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

6.2 — Requisitos especiais — detentores da escolaridade mínima obrigatória.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, dirigido à Junta de Freguesia, sita na Rua de Bragança, 1, 2605-727 Casal de Cambra, pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção.

7.2 — Do requerimento deverá constar, sob pena de exclusão:

a) Identidade completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e dada do bilhete de identidade e serviço emissor, morada, código postal, e telefone, se houver;

b) Concurso a que se candidata, com indicação do número e data onde se encontra publicado este aviso no *Diário da República*.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae* detalhado, donde conste as habilitações profissionais e experiência profissional, com indicação das funções com maior interesse para o lugar a que se candidatam, e quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar, por serem relevantes para a apreciação do seu mérito, juntando prova dos mesmos;

b) Fotocópia do certificado de habilitações, diplomas de cursos de formação profissional e outros;

c) Fotocópia do bilhete de identidade e do número de contribuinte.

7.4 — É dispensada a apresentação da documentação referente aos requisitos a que se refere o n.º 6.1, salvo se os candidatos declarem, sob compromisso de honra, a situação em que se encontram, relativamente a cada um deles.

8 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação da documentação comprovativa das suas declarações.

9 — As falsas declarações prestadas serão punidas, conforme previsto no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.